

XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva  
***Fortalecer o SUS, os Direitos e a Democracia***

**Manifesto GT Saúde do Trabalhador/ABRASCO**

**UTOPIA OU BARBÁRIE**

Historicamente, a área de Saúde do Trabalhador no Brasil constituiu-se como movimento plural, amplo e diverso, reunindo trabalhadores(as), movimentos comunitários, técnicos e pesquisadores com forte característica de militância e engajamento social. Tratava-se de vislumbrar uma pactuação coletiva com vistas à luta por uma nova configuração social sob a égide de relações fraternas, solidárias e emancipadoras. Por princípio, os valores mais preciosos foram advindos das relações sociais de produção construídos pelos trabalhadores(as) no cotidiano do “chão da fábrica”, iluminados pelo fazer coletivo.

O estado brasileiro, atendendo a interesses das classes dominantes, sempre optou por um modelo de desenvolvimento econômico pautado em um movimento contínuo e permanente de cerceamento ao livre pensar dos trabalhadores(as), de uma busca cada vez mais refinada pelo controle de sua subjetividade e de sua criatividade, a fim de manter o seu corpo e a sua mente sob o controle do capital. Esta ação de alienação acontece, fundamentalmente, na internalidade dos processos de trabalho capitalistas e não se limita a contratos privados, se expandindo também às relações de contrato público. Nas últimas décadas, tem sido reforçada pelas estratégias de flexibilização e terceirização, formas de organização do trabalho que fragilizam e precarizam a histórica resistência e capacidade de luta dos trabalhadores.

Os movimentos de resistência dos trabalhadores brasileiros são parte do processo histórico de construção de um Brasil livre e soberano, marcado por períodos de avanços e de conquistas, mas também, por períodos de profundos e graves retrocessos. Das insurgências de populações indígenas e das lutas dos trabalhadores africanos escravizados no Brasil colônia, dos movimentos operários que resultaram na greve geral de 1917 e ao longo do século XX, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil tiveram papel fundamental nas conquistas sociais e políticas que culminaram na redemocratização do país após o golpe militar de 1964 e na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Essas lutas históricas resultaram numa Constituição Federal que propugnou por um estado de bem estar social, inscrevendo a garantia de direitos com destaque para o acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho digno, à cultura, ao lazer, enfim por um conjunto de políticas sociais voltadas para a emancipação e autonomia dos trabalhadores e de suas famílias. Mais recentemente, os movimentos dos(as) trabalhadores(as) têm incorporado em suas lutas o compromisso com a necessidade de uma nova reorganização do espaço de produção e de trabalho, a partir de uma relação de soberania popular e em comunhão com o planeta, a partir da concepção de “*bien vivir*”.

A Saúde do Trabalhador, como campo da Saúde Coletiva, vem publicamente repudiar as políticas de desmonte do Estado Brasileiro, com destaque para a destruição da Seguridade Social, incluindo o desmonte do SUS, e os retrocessos já instituídos pela “reforma” trabalhista, lei da terceirização, congelamento dos gastos públicos para os setores da Educação, Saúde e Assistência Social, Desvinculação de Receitas da União (DRU); além da proposição de uma “reforma” da Previdência Social, argumentada sobre falsas premissas e que levaria ao fim dos seus princípios fundamentais, quais sejam, ser pública, solidária e de repartição simples.

A reforma trabalhista altera e retira inúmeros direitos dos (as) trabalhadores (as), com destaque para: adoção de regimes parciais e de contratos temporários de trabalho, flexibilização da jornada de trabalho, trabalho intermitente, prevalência do negociado sobre o legislado, estímulo a acordos individuais, esvaziamento da ação coletiva e sindical, restrição da ação dos agentes públicos, a exemplo da Justiça do Trabalho, introdução de programas de demissão voluntária, entre outros. Seus impactos na saúde e na vida dos trabalhadores, das trabalhadoras e de suas famílias já são observados. Além disso, ao aprofundar a precarização do trabalho e o desemprego, a reforma trabalhista traz impactos diretos sobre a Previdência Social de caráter público, como a diminuição de arrecadação e cobertura, além de já ter aberto espaço para a previdência privada. Isto significa que na prática, a reforma da previdenciária já esta acontecendo, atingindo gravemente a proteção social de milhões de famílias em todo o país. Trata-se de uma verdadeira **reforma escravagista**.

Este cenário de conflito entre o capital e o trabalho, marcado pela super exploração e alienação da classe trabalhadora, associado ao desmonte das políticas sociais aprofundou dramaticamente as desigualdades sociais. Se, por um lado, esse contexto não é exclusividade do Brasil, uma vez que vários países europeus, assim como a Argentina e o México, também passaram por políticas de austeridade fiscal, aqui entre nós, assumiu características de perversidade, pela rapidez e brutalidade com que sendo sendo implementado a partir de 2016. A redução dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores(as) e suas consequências se expressam de forma mais grave no Brasil em função das nossas vulnerabilidades sociais e do peculiar momento político que passamos.

As transformações em curso, não são apenas da legislação, mas também, dos processos produtivos e de trabalho, que já estão acontecendo com o que está sendo chamado de "Indústria 4.0", manufatura avançada, indústria inteligente ou mesmo de quarta revolução industrial, e que não são específicas da indústria. Nesta, a principal característica é a transferência das atividades de trabalho para o consumidor, a exemplo do que já acontece com os Softwares Aplicativos.

Envolto neste cenário devastador de investimento pesado em alienação e em perdas sociais e, associado às profundas mudanças dos processos produtivos e de trabalho, a situação de saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras tende a se agravar de forma acentuada. A relação entre a precarização do trabalho e a vida se expressa de forma evidente na Pesquisa Nacional de Saúde, que registrou quase cinco milhões de acidentes de trabalho. Mas a situação apresentada tende a se intensificar nas relações de vida e repercutem na violência doméstica, nos casos de suicídio e na verdadeira epidemia de distúrbios mentais que o Brasil presencia e pouco interfere.

Por sua vez, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do SUS, que propõe um modelo de atenção integral e universal, com equidade e ampliação do acesso, com estratégias

de incorporação de ações de assistência, vigilância e promoção da saúde em todos os pontos e instâncias da rede de atenção, tem sua efetivação ameaçada com o desmonte e desfinanciamento do SUS. Esse cenário atinge profundamente a capacidade de resposta e enfrentamento da situação de precariedade e piora das condições de vida e trabalho também dos trabalhadores do SUS.

A produção de conhecimento científico, construído de forma implicada com o saber dos trabalhadores, está sufocada pelos cortes abusivos. E para a construção de um "saber" contra hegemônico os investimentos para sua produção e avanço necessitam ser garantidos.

O desafio é dar visibilidade ao papel do trabalho nas relações sociais, na vida e na saúde, evidenciar os impactos que o mesmo imprime na sociedade como um todo e na saúde dos trabalhadores(as) em particular, ao tempo em que se faz urgente desenvolver estratégias de enfrentamento e de resistência junto com os movimentos sociais e sindicais.

Por tudo isto, a situação que já se coloca é de **barbárie sanitária**.

Para a superação deste cenário, socialmente devastador, é fundamental o fortalecimento da Saúde Coletiva e de sua relação com os movimentos sindicais e sociais, na perspectiva da retomada de seu papel histórico na luta pelos direitos sociais, pela justiça, democracia e contra as inequidades. Assim, apresentamos pontos capitais da luta em defesa da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras:

1. Defesa intransigente da democracia e da manutenção do estado de direito em nosso país.
2. Defesa intransigente do Sistema Único de Saúde, público, universal e de qualidade.
3. Luta pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016.
4. Pela efetivação dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal, pela revogação da contra Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização.
5. Luta pela efetivação dos direitos de Seguridade Social, pela não aprovação da reforma da previdência e pela reversão dos retrocessos e medidas recessivas adotadas pelo governo golpista.
6. Defesa intransigente da Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PNSTT) e pelo fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt).
7. Criação de mecanismos mais sólidos e mais profundos de articulação com a sociedade organizada e com potencial de organização para a defesa de seus direitos.
8. Fortalecimento de produção científica sob o paradigma da defesa dos direitos humanos e de manutenção da vida no planeta sob outro modelo de desenvolvimento e com forte vinculação as lutas populares e sindicais.
9. Luta por modelo de desenvolvimento econômico e social que reduza desigualdades, inequidades e injustiças sociais, que garanta condições de vida e trabalho dignos, que respeite os direitos humanos, a cultura e os saberes das populações, que promova a paz, felicidade às famílias e à coletividade e a soberania nacional.